

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 238

8 de fevereiro de 2014

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Hoje eu queria fazer essa aula em torno de um artigo que escrevi para o *Diário do Comércio*, que não foi publicado ainda, mas acho que vocês devem conhecer desde já. Nesse artigo eu parti da idéia marxista da descrição da sociedade pelo sistema das classes e da divisão das classes, segundo a propriedade ou não dos meios de produção. Partindo dessa idéia, vamos analisar o atual *status* da sociedade brasileira. Também tomei como pressuposto a idéia marxista de que a ideologia traduz os interesses de classes. Se as coisas fossem exatamente assim, como ficaria a descrição da sociedade brasileira? Então nós temos de analisar os vários discursos que aparecem na mídia, no meio universitário e até em livros e ver o que eles estão defendendo, que classes estão defendendo e que interesses de classes estariam aí subentendidos.

Ao partir desse pressuposto, a descrição ocorrerá do seguinte modo. O título do artigo é “A luta de classes no Brasil”:¹

A luta de classes, no Brasil, não é entre operários e patrões. É entre o *lumpenproletariat* que Marx abominava e a maioria da população, especialmente a classe média, aí incluída uma boa parcela do operariado, se não ele todo.

De onde tiro essa conclusão? Dos discursos que aparecem, sobretudo na mídia. Rarissimamente vê-se alguém ali defendendo interesses da classe operária propriamente dita. Você não vê queixas da classe operária, não vê denúncias de opressão da classe operária, mas você vê uma infinidade de denúncias de opressão de bandidos, de gays, de travecos, de prostitutas e assim por diante.

Então, a classe em nome da qual se fala maciçamente no Brasil é aquilo que Marx chamava o *lumpenproletariat* – *lumpen* quer dizer “farrapos”, ou seja, trata-se do proletário em farrapos – e é constituído de pessoas subempregadas – de prostitutas, pequenos delinqüentes e toda essa escória – que Marx evidentemente não podia incluir no proletariado. Quando ele falava em proletariado, estava querendo dizer os operários das fábricas. E por toda sua

¹ <http://www.olavodecarvalho.org/a-luta-de-classes-no-brasil/>

análise, são os operários das fábricas os agentes essenciais da revolução e do advento do socialismo. Porque em primeiro lugar o proletariado é que tem o domínio efetivo dos meios de produção, isto é, a burguesia tem o domínio legal e administrativo, mas quem tem as máquinas na mão é o proletariado. Então, de certo modo, o proletariado já está no poder e só falta a ele tomar consciência da sua situação e exigir a transformação política e jurídica correspondente ao real estado de coisas que é já o governo do proletariado. Marx acredita que quem tem o domínio dos meios de produção tem, por isso, o poder sobre toda a sociedade. A coisa não é bem assim, mas podemos usar isso como um pressuposto só para fins de análise.

Cada uma dessas facções tem seus aliados permanentes. (...)

É o que nos permite, exatamente, delinear o discurso ideológico em defesa de cada uma delas. Esse discurso também é bem característico, ele se repete de parte a parte com as mesmas figuras de linguagem, os mesmos chavões, os mesmos *topoi* e assim por diante, de modo que tudo isso que estou dizendo poderia se transformar num livro de quinhentas páginas, com toda a documentação requerida, livro que eu não faço apenas porque não tenho tempo.

(...) A primeira tem, acima de tudo, o governo e os partidos de esquerda que o dominam.

Vê-se no parlamento o caudal permanente de defesa dos pequenos delinqüentes, dos travestis, das prostitutas etc. A promoção dessa gente é uma das constantes mais características dos discursos parlamentares.

(...) Aí mesclados, vêm logo os intelectuais acadêmicos e os estudantes universitários.

Não seria sequer preciso dizer isso. Basta a leitura do meu artigo “Bandidos e letrados” de 1994², que traz toda a descrição do discurso empreendido por professores universitários e estudantes em favor dos delinqüentes, sempre vistos como vítimas da sociedade. É curioso que raramente se verá aí algum discurso em favor do operariado, dos interesses do operário. O marxismo deles já não é o originário, mas um marxismo já bem transformado. Na verdade, é o marxismo do Herbert Marcuse, porque Marcuse dizia que o proletariado já estava corrompido pelas benesses recebidas do capitalismo, então, a classe proletária passaria agora a ser constituída do *lumpenproletariat*, de intelectuais e estudantes, sobretudo universitários.

É curioso que Marcuse via os estudantes universitários num paralelo com o *lumpenproletariat*, como os excluídos do sistema, quando na verdade os estudantes são eminentemente os protegidos do sistema, pessoas subsidiadas, ou por suas famílias ou pelo próprio Estado, para desfrutar de uma série de benefícios. É muito difícil compreender a idéia da massa estudantil como massa excluída, a não ser por um único fator subjetivo: ela pode sentir-se

² <http://www.olavodecarvalho.org/livros/bandlet.htm>

excluída, mas objetivamente por um critério econômico não corresponde a isso de modo algum.

Só por esta passagem de Marx à Marcuse pode-se notar o quanto o marxismo é capaz de se transformar, ele é uma teoria que tem a propriedade de dizer o contrário do que dizia e continuar atendendo pelo mesmo nome. Logo, quando se fala “marxismo”, nunca pode-se imaginar que o marxismo é uma doutrina: o marxismo é uma tradição de discussões que se processam dentro do ambiente da intelectualidade revolucionária e que não tem como ser reduzida a uma unidade doutrinal, a uma espécie de Vulgata. Existiu uma Vulgata marxista na URSS durante algum tempo, mas simultaneamente existia todo o fenômeno do marxismo ocidental, que divergia disso completamente e propunha coisas totalmente antagônicas ao que se falava na Rússia. E tudo isso é marxismo.

Se vocês lerem o livro de Kołakowski, *Correntes Principais do Marxismo* – no qual existia uma edição brasileira, mas parece que está impossível de obtê-la, portanto, peguem no original inglês, denominado *Main Currents of Marxism* –, [eu acho o principal livro que se escreveu sobre isso], e vocês verão a imensa variedade de correntes que estão ali presentes. Esta variedade permite a qualquer apologista do marxismo sempre alegar o seguinte: “Não foi bem isso que nós dissemos”, porque sempre apareceu alguém que disse outra coisa. Isso é o que eu já expliquei muitos anos atrás: o marxismo não é uma doutrina, o marxismo não é uma ideologia, o marxismo é uma cultura inteira – isto é preciso entender.

Aí mesclados, vêm logo os intelectuais acadêmicos e os estudantes universitários. Destes últimos, cinquenta por cento, segundo um cálculo otimista (v. <http://blog.portalexamedeordem.com.br/blog/2012/11/pesquisador-conclui-que-mais-de-50-dos-universitarios-sao-analfabetos-funcionais/>), são considerados analfabetos funcionais.

Excluídos irremediavelmente da alta cultura, e não tendo a menor idéia de que são vítimas de si mesmos, encontram no ódio projetivo à sociedade o alívio de uma culpa recalcada no mais fundo do seu inconsciente. (...)

Hoje, por exemplo, mandaram uma foto do grupinho de estudantes da USP ali no pátio, dando “amassos”, só faltando chegar às vias de fato. Note-se que eles são subsidiados para isso, pois é o povo trabalhador que está pagando imposto para eles desfrutarem de tudo isso, então, evidentemente eles são uma classe privilegiada. Essa classe privilegiada não se sente responsável por absolutamente nada e se sente investida de todos os direitos. Isso provoca, no meu entender, um desequilíbrio psicológico inevitável, porque o ser humano não foi feito para viver aqui como se estivesse no paraíso, isto é, desfrutando de todos os prazeres e delícias que queira. Existe um limite para a nossa capacidade de desfrutar de prazeres sem nos sentirmos culpados por isso, independentemente da educação que recebemos.

Você verá em qualquer sociedade do mundo que existe um limite aos direitos e existe uma série de obrigações. Se o sujeito é isento das obrigações e entregue à fruição de prazeres e fica ainda revoltado quando lhe falta um pouco de

prazer que ele queria, isto evidentemente já causa uma reação interna, um desequilíbrio e um sentimento de culpa não reconhecida, é culpa recalcada como chamava Sigmund Freud. Essa culpa recalcada obviamente explode em reações de ódio contra os outros, um ódio projetivo. É incrível que um estudante da USP, quando vê um mendigo esfarrapado na rua, não entende que ele está ajudando a deixar o mendigo esfarrapado, ele acha o contrário: sente-se solidário com o mendigo, como se ambos fossem vítimas da sociedade exploradora e cruel. Logo, ele está desempenhando psicologicamente o papel inverso àquele que desempenha na estrutura de classes.

Existem, portanto, estes dois fatores: primeiro, o abuso indiscriminado dos prazeres que não podem ter limite, ou seja, qualquer limite aos prazeres é uma opressão intolerável; e, em segundo lugar, a alienação em relação à própria condição de classes, ou seja, são indivíduos que não sabem a que classe social pertencem, não entendem que pertencem a uma minoria altamente privilegiada.

Nos anos 60 ou 70 os estudantes ainda entendiam isso, eles tinham consciência: “Nós somos uma classe privilegiada e por isso temos o dever de fazer a revolução social”. Pelo menos era um discurso ideológico um pouco mais consistente. Era um *non sequitur*, na verdade, porque o fato de você ser privilegiado não quer dizer que tenha de fazer uma revolução, mas apenas que você tem de exercer os deveres em nome dos quais lhe foram concedidos esses privilégios. Porém, eles tiraram a conclusão de que tinham de fazer a revolução e isso parecia ser dever deles, mas pelo menos da sua condição de classe estavam conscientes. Hoje em dia não tem mais. Não aparece um discurso estudantil dizendo: “Nós somos uma classe privilegiada e nós temos um dever para com o restante da nação”. Isso acabou, isso era a UNE dos anos 60 ou 70.

Esse duplo abuso, por assim dizer – a exigência de prazeres gratuitos, que deveriam ser fornecidos pelo governo, e a ausência de qualquer consciência de classe – provoca um desequilíbrio profundo, que se manifesta através de uma culpa não conscientizada e crescente (o sujeito vai se sentindo cada vez mais culpado) e evidentemente isso acaba se manifestando como explosões de revolta contra tudo que existe: a sociedade, as leis, algo que eles chamam de “burguesia” e assim por diante.

(...) Sentem por isso uma afinidade instintiva com os bandidos, drogados, narcotraficantes, prostitutas, prostitutos e outros marginais.

Eles se sentem mais próximos dessas pessoas porque a sua conduta, sobretudo sexual, se parece até certo com a deles, com a diferença de que todos estes foram jogados nessa conduta por uma necessidade econômica premente, enquanto eles não: eles estão sendo subsidiados pelo Estado para isso, mas sentem que há uma afinidade. A necessidade urgente da autovitimização é um mecanismo de alívio de culpa, evidentemente, e, para se autovitimizar, eles têm de criar essa afinidade artificial com alguns que são vítimas de fato.

A terceira faixa de aliados do *lumpen* são as ONGs, as fundações bilionárias e os organismos internacionais, que não cessam de nos impor leis e regulamentos que praticamente inviabilizam a ação da polícia e desarmam a população, a qual assim não tem meios de defender-se nem de ser defendida.

Todos esses regulamentos ditos “de direitos humanos” vêm de fonte internacional, ou seja, são decididos pela ONU e disseminados pelo mundo através de ONGs bilionárias – Fundação Ford, Fundação Rockefeller, George Soros etc. Essa é a terceira camada de aliados. Estou usando a palavra “aliado”, mas é um pouco irônico, pois não são propriamente aliados, mas pessoas cujo discurso ideológico é feito em defesa do *lumpenproletariat*. Por exemplo, a pressão que existe para transformar a prostituição numa profissão regulamentada, todo o discurso gayzista, todo o discurso abortista, todo o discurso feminista, todo o discurso de direitos humanos dos bandidos: tudo isso, na verdade, vem pronto de fora e vem de fontes altamente poderosas e bilionárias.

Em seguida, vem a grande mídia, que, mesmo onde discorda do governo em algum ponto de seu específico interesse, (...)

Por exemplo, o governo quer uma regulamentação maior da mídia, enquanto as empresas de mídia não querem. Então há uma divergência específica em determinado ponto.

(...), mesmo onde discorda do governo em algum ponto de seu específico interesse não deixa de fazer eco passivo aos mesmos critérios de julgamento moral que orientam os governantes, aplaudindo, por exemplo, a senadora Benedita da Silva quando esta se debulha em lágrimas por um bandidinho estapeado e amarrado a um poste e não diz uma palavra quanto à menina queimada viva no Maranhão ou, mais genericamente, quanto aos setenta mil brasileiros assassinados por ano.

Não se vê essa mulher fazendo um discurso, nem soltando uma lágrima pelos setenta mil vítimas, nem por aquela menina que foi queimada viva no Maranhão, mas basta estapear... Note bem, se vocês repararam na foto do bandidinho amarrado, ele não tem um braço quebrado, não tem uma perna quebrada, não tem um dedo quebrado, não tem uma orelha arrancada, ele tem é um nariz sangrando, ou seja, deram-lhe um soco ou vários e o amarraram – isso foi tudo. Portanto, a desproporção entre esses atos de violência é tamanho que podemos nos perguntar: por que ela decidiu falar em nome do bandidinho? Porque é um bandidinho. E isso o torna, dentro do imaginário de toda essa camada de quem estou falando, uma criatura especial e digna de que a sociedade se mobilize em sua defesa, mas das outras vítimas não. As outras vítimas são a própria sociedade, e ela que se dane.

O alto clero católico, por meio da CNBB, comunga dos sentimentos da senadora Benedita.

Não só o alto clero, mas o baixo clero também. Vocês devem ter visto aquele monge abençoando o rolezinho. Só nesse caso, há mais discursos em favor do

rolezinho do que dos setenta mil assassinados, que raramente ou nunca são mencionadas em qualquer discurso oficial. Não se vê no parlamento alguém reclamando contra isso.

O que eles entendem como opressão do povo? A perseguição aos bandidinhos, a perseguição a prostitutas ou a travestis: isso para eles é a imagem do povo. Ou seja, a imagem do povo que se transmite nos discursos ideológicos vigentes corresponde exatamente ao *lumpenproletariat* e praticamente a nada mais. Você poderia dizer que existe uma exceção, que até não mencionei aqui, que são os chamados trabalhadores rurais sem terra. Não se pode dizer que nominalmente um discurso em favor dos sem terra seja um discurso em favor do *lumpenproletariat*. Porém, não podemos esquecer que desses “trabalhadores rurais”, uma boa parcela, senão a maioria, consiste não de trabalhadores rurais sem terra, mas de membros do *lumpenproletariat* arregimentados na cidade e mandados desempenhar o papel de sem terra para angariar mais terras.

Pela extensão das suas propriedades, o MST deveria ser o maior produtor rural do Brasil e, no entanto, a produção dele é insignificante. Por quê? Porque a ocupação da maioria deles de fato não é plantar e colher nem criar galinhas, é pegar a terra, vendê-la e entrar de novo na fila de maneira a ir aumentando a extensão das terras do MST, que continuam, nesse sentido, altamente improdutivas e certamente mais improdutivas do que qualquer terra que eles invadiram a pretexto de que eram improdutivas. Então, os sem terras são um caso especial que precisam ser estudados, porém a presença do *lumpenproletariat* ali é maciça. E evidentemente os outros trabalhadores rurais - aqueles que têm uma terrinha, duas galinhas e um cabrito - já começam a fazer parte da burguesia e, quando as terras deles são invadidas, são tomadas para serem oferecidas a índios associados a grandes corporações multinacionais, os pequenos plantadores passam a ser a burguesia opressora e toda esta máquina internacional que apóia o movimento indigenista passa a ser o povo pobre e explorado. Evidentemente, percebe-se mais uma vez a opção em favor do *lumpenproletariat*.

Índio não faz parte do *lumpenproletariat*? É claro que faz. O índio é considerado um cidadão menor de idade, ele não tem responsabilidade penal, o que já o coloca imediatamente no *lumpenproletariat*. Podemos acrescentar prostitutas, travecos, bandidinhos e índios. Isso é o *lumpenproletariat* nacional, é a menina dos olhos de toda a nossa classe política, da grande mídia e dos intelectuais e estudantes.

(...) Vêm, por fim, os patrões, os capitalistas, os burgueses. Estes não costumam pronunciar-se de viva voz nessas questões, mas, como aliados e colaboradores ao menos passivos do governo, dão sustentação econômica e psicológica à política pró-*lumpenproletariat*.

Você não vê nenhuma oposição ao governo no meio empresarial.

A outra facção - isto é, o restante da população brasileira - (...)

Inclui-se aí a classe média e alta, boa parte do operariado, todas as pessoas que trabalham, cumprem seus deveres, pagam seus impostos etc.

(...) encontra apoio em mais ou menos uma dúzia de jornalistas, radialistas e blogueiros execrados pelo restante da sua categoria profissional, entre os quais eu mesmo, o Reinaldo Azevedo, a Rachel Sheherazade, o Felipe Moura Brasil, o Rodrigo Constantino, a Graça Salgueiro.

E mais uma meia dúzia. O discurso em favor dessa população só aparece aqui. Por exemplo, todos aqui estamos realmente preocupados com os setenta mil homicídios por ano. Nós sabemos que a população brasileira vive aterrorizada, o pessoal tem medo de sair de casa, sobretudo à noite, todos estão assim. A população inteira está desamparada porque o banditismo não escolhe vítima, ele pega quem tiver ao seu alcance, e não há um critério de classe para isso. Houve uma época em que ser seqüestrado era um privilégio da alta burguesia, depois começou seqüestro de classe média e agora é de qualquer um. Você só encontra um discurso em favor dessa população nessas fontes que eu citei e em mais parte alguma. No Brasil, reclamar dos setenta mil homicídios por ano virou extremismo de direita, ou seja, não se pode mencionar isso.

Tem também algum respaldo – tímido – nas polícias estaduais, (...)

Quando os policiais se pronunciam, eles estão se pronunciando a favor da população que eles têm a obrigação, mas não os meios, de proteger.

(...) em alguns púlpitos evangélicos isolados e em dois ou três parlamentares, como Jair Bolsonaro e Marcos Feliciano, que na Câmara Federal imitam João Batista pregando aos gafanhotos. *That's all, folks.*

Nada caracteriza melhor a presente situação do que a total inversão das proporções, em que os nominalmente desamparados recebem todo amparo do establishment enquanto a população inerme se torna a imagem odienta do opressor capitalista.

Todas as vítimas de crimes no Brasil, de acordo com o discurso oficial, são opressores capitalistas, sobre os quais está caindo a mão vingadora da população pobre, isto é, o *lumpenproletariat*.

No caso do garoto amarrado no poste, a reação indignada contra os populares que ousaram “fazer justiça com as próprias mãos” partiram especialmente de pessoas que, quatro décadas atrás, faziam exatamente isso.

Mas, ninguém, no parlamento ou na mídia, terá a coragem de espremer a presidente Dilma na parede com a pergunta: Quando você assaltava bancos estava cometendo uma injustiça ou fazendo justiça com as próprias mãos?

Por outro lado, esse argumento de que o banditismo é causado pela pobreza, pela opressão e, portanto, ele é uma reação compreensível, senão justificável, dos oprimidos – isto é, do *lumpenproletariat* –, é constante em toda esquerda brasileira há mais de sessenta anos. Leiam “Bandidos e letrados”, [onde] eu mostro que isso começou já nos anos 40. Toda a produção literária juvenil do Jorge Amado é isso. *O que é Capitães de Areia?* É a defesa dos delinqüentinhos.

Ali eles são mostrados como se representassem no fundo o melhor e a parte mais saudável da sociedade – isso já nos anos 40. Não é brincadeira! Isso é uma tradição já profundamente arraigada no imaginário nacional.

Depois, em 1994, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) - esta é uma associação de donos e da elite do jornalismo brasileiro - promoveram o lançamento do livro do chefe do PCC, William Lima da Silva - chamado “o Professor” -, cujo título era *Quatrocentos contra um*, em que ele fazia apologia do banditismo como sendo a força social mais saudável do Brasil e anunciava que daqui uns tempos haverá milhões e milhões de garotos, fumando baseado com a metralhadora na mão e matando as polícias. Aqui eles estavam abertamente sendo cúmplices de uma apologia do crime. E eu escrevi isso à época no *Jornal do Brasil*. Alguém reclamou? Alguém me processou? Lógico que não, porque eu alegaria a exceção da verdade e provaria que eles estavam fazendo exatamente isso. Portanto, explicar e justificar o crime em razão de causas sociais é um hábito permanente de toda a esquerda nacional, que é eminentemente advogada do *lumpenproletariat*.

No entender do nosso governo, só quem tem o direito e até o dever de fazer justiça com as próprias mãos, quando acha que a Justiça, falha são os terroristas de esquerda, como José Genoíno e a própria Dilma. (...)

Qual é a alegação, qual é a justificativa do terrorismo no Brasil, das guerrilhas? É que a ordem jurídica tinha caído: não havia mais ordem jurídica, então agora temos de fazer justiça com as próprias mãos. Porém, até que ponto a ordem jurídica havia caído? [Basta] alegar que o governante legítimo foi derrubado?

Aqui devemos fazer um parêntese para mencionar até um artigo que saiu na Carta Capital (ou Carta Capetal, como eu costumo chamar), [cujo] autor chama-se José Antônio Lima. Ele diz que o comunismo acabou, que o comunismo foi realmente uma desgraça, um regime sangrento etc., mas acabou. Só continua falando disso aqueles que querem impedir a vitória das forças populares, como o PT, o Hugo Chávez etc. E ele apela, para justificar-se, à autoridade do historiador Rodrigo Patto Sá Motta - na época eu adverti que pato com um “t” era o leitor, o autor é com dois -, em que ele faz uma descrição, aliás muito meticulosa e muito bem documentada, do discurso anticomunista no Brasil de 1917 a 1964 - está muito bem documentado, com material vastíssimo - e ele descreve o que os anticomunistas pensavam e diziam, e está muito bem escrito. Só que tem um problema: ele nunca confere o discurso anticomunista com a realidade do comunismo.

Rodrigo Patto disse que o discurso anticomunista propagava que os comunistas perseguiam a religião, que fechavam templos, mas em nenhum momento ele se pergunta se essa descrição correspondia à realidade ou não, ou seja, se o discurso anticomunista era apenas propaganda baseada num temor imaginário ou se tinha algo a ver com a verdade. Quando vamos conferir, ficamos sabendo por documentos oficiais da URSS que, só de 1917 - quando houve a Revolução Russa - até 1939, o número de templos ortodoxos que havia na URSS baixou de 50.000 para 500. Nem vamos mencionar os padres que foram

assassinados. Só pelo número de templos, percebe-se que esse discurso anticomunista estava dizendo exatamente o que acontecia.

Ora, se o sujeito analisa um discurso – e como todos sabem, o discurso se constitui de três elementos: o signo, o significado e o referente que é o elemento do mundo externo no qual o discurso está se referindo – e suprime o referente, resta apenas signo e significado, quer dizer, o que eles estão dizendo e quais palavras estão usando. Então é evidente que um discurso descrito assim começa a boiar no ar como se fosse um puro produto de imaginação. Esse é um truque muito usado quando você quer esvaziar um discurso. Eles dizem, por exemplo: O Olavo de Carvalho diz que os bilionários financiam a esquerda. Dito assim parece que o Olavo de Carvalho está inventando. Mas eles estão financiando mesmo ou não? Se você colocar isso entre parênteses, fica só o signo e o significado, o referente foi embora e o discurso se torna automaticamente apenas uma peça de imaginação. Esse tipo de procedimento já virou padrão em tudo o que esse pessoal escreve, ou seja, jamais conferir com a realidade, jamais conferir com os fatos, falar do discurso em si. E a metodologia desse Seu Patto é apenas essa no livro inteiro.

José Antonio Lima usa a autoridade desse pretenso historiador para justificar a seguinte idéia: não só hoje não existe perigo comunista algum, como em 1964 também não havia, quer dizer, os anticomunistas exageraram. É até possível que os comunistas não tivessem força suficiente em 1964 para dar um golpe e tomar o poder – se bem que eles diziam que tinham, e o simples fato de eles dizerem que tem já é suficiente para tomar uma medida contra eles. Os planos de tomada do poder e de criação de uma Força Armada comunista eram óbvios. Por exemplo, Leonel Brizola, com o “Grupo dos Onze”, chegou a arrebanhar 53 mil pessoas na época. Claro que ele não tinha armas para dar para 53 mil, mas estava fornecendo. Logo, o simples empreendimento, ainda que fosse fraco, já era uma ameaça.

Em segundo lugar, não precisa existir nada disso. Para derrubar o governo na época, bastava um único fato: o de que Cuba estava montando guerrilhas no Brasil desde 1962 e o presidente João Goulart, quando informado disso, em vez de tomar medidas, mandar investigar e punir essa intervenção estrangeira armada no território nacional, escondeu as provas e as entregou para Fidel Castro. Claro que isso é um ato de alta traição, e só isso, sem mais nada – vamos supor que não houvesse movimento comunista nenhum – tornava não apenas justificável como obrigatório derrubar o presidente. Só que tem um detalhe: o que ele fez foi inconstitucional? A Constituição brasileira na época não previa o crime de alta traição e até hoje não prevê. Que meios constitucionais havia para derrubar o presidente? Nenhum. Ele pode dizer: “Não há crime de alta traição. Houve uma alta traição objetivamente, mas ela não está consignada nas leis, então legalmente vocês não podem me derrubar.” Portanto, qual alternativa sobrou? Derrubar no muque. Só por isso, a intervenção foi justificada. É claro que justificar a intervenção é uma coisa e justificar o regime que depois criaram é outra completamente diferente. Todos deveriam saber que depois de seis meses de governo Castelo Branco, houve outro golpe, um golpe dentro do golpe, e aí houve a transformação em uma

ditadura mesmo. Então, justificar a derrubada de João Goulart é uma coisa e justificar o regime que se seguiu é outra totalmente diferente.

Estou me referindo a isso para dar um exemplo típico do raciocínio invertido que essas pessoas fazem, especialmente no livro do Rodrigo Patto. Ou seja, são pessoas que de fato não têm uma idéia clara da sociedade brasileira. Por que não têm? Porque, como instrumento analítico, eles só têm o esquema das classes tal como foi criado por Karl Marx e que continuam usando até hoje. Nem mesmo notam que, ao continuar repetindo o mesmo discurso, mas já num contexto marcuseano de defesa do *lumpenproletariat*, a situação já se inverteu completamente. O que importa para eles é estar a favor do que a esquerda de um modo geral diz, pouco importando se isso corresponde a um discurso coerente ou a uma visão objetiva da sociedade humana.

Outro ponto que eu observei ali é o seguinte: ele diz que o comunismo foi algo sangrento, horrível, mas ele acabou, não existe mais, então falar de comunismo hoje só serve para bloquear o avanço das forças populares. Quem são as forças populares? É o PT, o PSOL, o PCdoB etc. Ou seja, são todas aquelas pessoas que apoiaram o comunismo durante toda a sua existência. Portanto, a pergunta é: se você reconhece que o comunismo era um negócio cruel, maldoso e ineficiente até o ponto de extinguir-se a si próprio por completo, por que hoje nós deveríamos votar naqueles que o apoiaram e não naqueles que o combateram? No fim das contas, o raciocínio deles é este: o comunismo morreu, então vamos apoiar todos aqueles que apoiaram o comunismo. E é claro que ele não percebe que está dizendo isso, ele não percebe que há mais que um *non sequitur*. Isso não é uma contradição lógica, isso é uma contradição objetiva, é uma visão torta da realidade, pois está virando a coisa de cabeça para baixo, mais ou menos na base de "se o comunismo morreu, então todo o poder ao defunto."

Em segundo lugar, é claro que, como já expliquei na aula passada, é muito errado dizer "fulano é comunista", "o Lula é comunista". Por quê? Porque o comunismo não é um credo ao qual o indivíduo possa aderir integralmente de maneira explícita e consciente, mas é uma cultura, algo enormemente confuso, e eu, portanto, sempre uso a palavra "comunismo" neste sentido. Parece-me que a única maneira de lidar com o comunismo de uma maneira estritamente objetiva é entender como manifestação dele não esta ou aquela ideologia, ou não este ou aquele regime ou sistema econômico em particular, mas o esquema de poder e as pessoas que o compõem. Essas pessoas continuam as mesmas.

Por exemplo, quem governa a Polônia hoje? São os mesmos que governavam no tempo do comunismo, mas agora com outro discurso. Isso quer dizer que os comunistas continuam no poder, embora o país se tornasse capitalista. O mesmo acontece na China: os que estão no poder são os mesmos, é o mesmo esquema, é a mesma organização com as mesmas pessoas. O discurso pode mudar, como de fato mudou mil vezes nesse interim. A própria idéia de que o comunismo acabou porque acabaram alguns regimes comunistas é errada. O regime acabaria se acabassem as organizações comunistas e se as pessoas que participaram disso fossem expelidas da política, como foram expelidos os

nazistas. Pode-se dizer “o nazismo acabou”. Ou seja, nenhuma pessoa que apoiou o nazismo fará carreira na política atual sob outros pretextos como se nada tivesse acontecido. Porém, se continua todo o mesmo pessoal, que esteve comprometido com todos aqueles crimes, dizendo: “agora o comunismo acabou, então vote em nós”, a pergunta que faço é: “mas não era você o comunista ontem?” [Eles responderiam]: “Era, mas agora eu sou capitalista”.

A queda do comunismo, portanto, não custou nada para ninguém e o esquema de poder se mantém. Ele pode trocar de discurso quantas vezes queira porque enquanto o comunismo estava em vigor na URSS e na China, o discurso já mudava o tempo todo. Aliás, entre a URSS e a China a diferença de discurso era incomensurável, do mesmo modo como na comparação entre Trotski e Stálin: quem pode ter mais diferença do que Trotski e Stálin? Então, essa variedade de discurso já era uma constante no movimento comunista. Dessa forma, não conseguimos definir ou identificar a unidade do comunismo pela sua ideologia ou pelo seu discurso, é impossível.

Também não podemos fazê-lo pelo regime econômico adotado, que sempre foi diferente. Dentro da própria URSS houve pelo menos três etapas muito diferentes na organização econômica. Primeiro, a NEP (Nova Economia Política) de Lenin, que era uma organização capitalista; depois ocorreu a estatização total; e depois, o aporte formidável do capital estrangeiro, uma abertura para o capital estrangeiro já no tempo de Stálin. E no fim, ainda houve um regime híbrido, onde hoje se sabe que pelo menos 50% da economia soviética era constituída de empreendimentos capitalistas que oficialmente não existiam, mas que eram o que realmente sustentava a economia. Então, pergunta-se: o regime comunista acabou? Não, o regime comunista é o nome de várias coisas diferentes.

Existe outro aspecto que é o seguinte: a economia comunista é impossível em si mesma, ela é autocontraditória, nunca será realizada. Quer dizer, a estatização total dos meios de produção e a sua passagem para o poder dos proletários, isto é, dos operários da indústria, é impossível economicamente. Isso já foi demonstrado por von Mises em 1923. Logo, como é impossível, você não fará o comunismo tal como está definido no dicionário – propriedade pública dos meios de produção –, mas fará sempre outra coisa. Na verdade, outras coisas. E essas outras coisas serão o comunismo? Sim e não. Serão a presença do esquema de poder comunista no topo da sociedade e o domínio que eles exercem – isto será –, mas não será a estatização completa dos meios de produção. Então ele será comunismo por um lado e não será por outro, o que permite que se use a palavra “comunismo” conforme bem lhe pareça no momento, sendo sempre possível, após cada sucessão de crimes e fracassos de proporções continentais alguém dizer: “Vocês estão chamando de comunismo, mas aquilo não é o comunismo, aquele era o stalinismo, era o capitalismo de Estado, era qualquer outra coisa.” Isso porque sempre será outra coisa.

O comunismo, portanto, como definição de dicionário, não podendo ser alcançado, sobrevive como o nome de um ideal, que sai sempre limpo porque nunca se pode dizer que alguém o realizou e não deu certo: realizaram em

nome disso alguma outra coisa que não deu certo, e a próxima também não dará e a outra também não, e o comunismo continua saindo sempre limpo. Esse é um argumento de criança, dizer, por exemplo, que o que havia na URSS não era comunismo. Então o que havia na China também não era, o que havia na Hungria também não era, o que havia em Cuba também não era, o que havia no Vietnã também não era. Tudo o que os comunistas fizeram, não poderia ser culpa do comunismo porque o comunismo não se realizou.

Pergunto eu: o nazismo não se realizou? O ideal do nazismo é o império universal da raça germânica. Ele não se realizou. Então você não pode culpar o nazismo porque aquilo que Hitler fez não era o nazismo, era um arranjo provisório, ele até fazia negócio com judeu. Você sempre pode alegar isso. Esse é argumento de criança, ou seja, puramente verbal, mas que não deixa de estar presente de algum modo nessas argumentações que aparecem por aí.

(...) Esses [os criminosos terroristas de esquerda] têm o direito até de condenar à morte e executar a sentença.

A defesa do sem-terra é um exemplo disso. O que faz o sem-terra? Não faz justiça pelas próprias mãos? Eles dizem: “Nós não temos terra, é injusto, então invadimos uma terra e a tomamos.” Isto quer dizer que todo o discurso de justificativa da criminalidade, do terrorismo, das iniciativas dos sem-terra, é apologia do crime. Isso quando não parte para a apologia aberta, como foi o caso da OAB e da ABI. Ora, eles fizeram isso durante quarenta anos. Alguém reagiu? Alguém os acusou de apologia do crime? Só eu. Só eu neste período disse: isso é apologia do crime. Acusei nominalmente a OAB e a ABI em 1994. Nunca ninguém os processou por apologia do crime, então eles se sentiram encorajados, ao ponto de, se alguém do outro lado disser alguma coisa vagamente parecido com o que eles disseram, eles o acusam de apologia do crime, como fizeram com a Raquel Scheherazade.

Esses têm o direito até de condenar à morte e executar a sentença. Os outros têm a obrigação de aceitar resignadamente o homicídio, o roubo, o estupro como se fossem fatalidades da natureza.

Mais significativo ainda é que, quando a Rachel Scheherazade, com lógica inatacável, explicou a agressão ao delinquentezinho como reação espontânea e quase inevitável de uma população desprovida de proteção estatal, os mesmos que criaram essa situação tenham saído gritando “Apologia do crime! Apologia do crime!”, como se eles próprios não viessem há décadas fazendo a apologia dos terroristas que um dia, sentindo cambalear muito menos do que hoje a ordem legal, tomaram a justiça nas suas próprias mãos.

Isso quer dizer [que] eles têm o monopólio da apologia do crime, que pode ser praticada por eles e é “legal”. E se outro faz algo que não é apologia do crime – e foi apenas uma explicação que ela [Rachel Scheherazade] deu – então ela que é acusada de apologia do crime. É sempre assim: se você dá margem para o sujeito fazer o que quiser durante algum tempo, para cometer quanta ilegalidade queira, seja praticando o crime, seja fazendo a sua apologia, chega um dia em que o criminoso é você. A situação se inverte e são eles agora que o processam. Isso é inteiramente natural, é inevitável que aconteça. Mas fico

impressionado que, com toda aquela multidão de empresários liberais, oficiais de Exército que na época não queriam entender isso, achavam que era um exagero, [que] não é bem assim, [que] tudo vai melhorar. Um deles disse até que o Lula estava ficando bonito. É para ficarmos realmente perplexos: como pode ser tão burro assim?

O brasileiro tem realmente um problema. Não sei se é genético. Não pode ser um problema genético, porque são pessoas de várias origens. Talvez seja um problema ecológico: o sujeito “baixa” no território e já incorpora a burrice. Existe até um biólogo que fez um estudo que ele chamava “o foto-período”: nas regiões com estações do ano bem diferenciadas, isto é, durações diferentes dos dias e das noites, os animais se agrupam e se organizam mais facilmente; e onde se tem sempre a mesma duração dos dias e das noites, impera o caos. Talvez esse seja o problema brasileiro. Mas aí deveria ser a mesma coisa em toda América Latina, na Austrália e por toda parte, coisa que também não é. Então essa explicação também falha. Ou seja, a burrice brasileira é um fenômeno inexplicável. Eu não acho explicação nenhuma. Todas as que tento falham. Mas que ela é um fenômeno, é.

Todas as idéias e atitudes do grupo pró-lumpen, especialmente as dos professores e estudantes universitários, explicam-se por dois fatores igualmente endêmicos: o analfabetismo funcional e o fingimento histérico. (...)

Com isso, estou explicando o comportamento dessa gente em particular, e não a burrice brasileira em geral.

(...) Ambos, intimamente associados, deformam o sentido de todas as comunicações verbais e invertem a ordem da realidade. À aliança de marginais, governo, ONGs, capitalistas, igreja, mídia e intelectuais, chamam “povo oprimido”. Ao restante, denominam “minoridade privilegiada”.

De todas as classes que compõem a sociedade brasileira, só uma ainda não tomou partido nessa guerra: as Forças Armadas. Seu silêncio pode tanto refletir uma indecisão perplexa quanto um ódio contido.

Na primeira hipótese, quando acabará a indecisão? Na segunda, ódio a quem? As Forças Armadas são o fiel da balança. O futuro depende inteiramente delas.

É impossível saber o que essa milicada está pensando hoje. Uns dizem que é uma coisa, outros dizem que é outra, mas eu acho que os poucos pronunciamentos que vemos são vagos o suficiente para que a pergunta continue no ar.

Até hoje não há uma descrição correta das classes sociais no Brasil e dos respectivos discursos ideológicos. Quando se faz um estudo sociológico sobre as classes sociais, não se menciona o problema da ideologia. E quando você compara as ideologias, vê que realmente só existem estas duas: a defesa do *lumpenproletariat* e a defesa do restante da população. Isso é só o que existe em matéria de discurso ideológico, o que não corresponde à estruturação objetiva das classes sociais. Mas, ora, a relação entre classes e ideologia de classes não era o essencial do marxismo, e todo esse pessoal que estudou

marxismo fará vista grossa a esse descompasso entre classes sociais e discursos ideológicos, que é o fenômeno mais extravagante talvez da história das idéias no mundo? Isso é para dar uma idéia do estado de alienação a que chegou a situação e de como devemos fazer para não nos perdermos nesta confusão. E para não se perder, é simples, basta distinguir duas coisas: o que são as classes sociais objetivamente e o que são os discursos ideológicos proferidos.

Isso significa que, quando pessoas que se dizem conservadoras ou liberais entram nessa discussão, elas cometem os mesmos erros, pois continuam raciocinando como se a discussão ideológica pública correspondesse em algo às classes sociais. Eu me lembro sempre daquele teste do Meira Penna que perguntou a seus alunos a que classe social eles pertenciam, e eles não sabiam. E eram alunos de ciência política da Universidade de Brasília. Nós temos de ter primeiro a consciência da nossa posição efetiva de classe nessa “brincadeira”. E isto é muito importante: só quando você tem uma noção clara da sua posição no esquema das classes é que consegue enxergar onde estão as outras pessoas. Afinal, quando o fotógrafo ajusta o foco com relação à pessoa ou ao objeto que ele vai fotografar, ele ajusta em relação à posição em que ele mesmo está. Se ele não sabe qual distância existe entre ele e o objeto, como vai fazer o foco? Isso quer dizer que a consciência de si e, portanto, a consciência da sua posição na sociedade, é o único instrumento analítico que temos para saber onde estão as outras pessoas.

De onde vem a raiz da confusão? Essa confusão chegou a um paroxismo no Brasil, mas a raiz dela está nas próprias obras de Karl Marx, porque Marx nunca analisa a sua própria posição de classe. Quando ele diz que somente os proletários podem ter consciência do processo histórico porque eles são a última classe explorada, e eles, por sua vez, não explicam ninguém, ou seja, não têm interesse a esconder, então qual a probabilidade de que o primeiro a formular essa teoria tenha sido um não proletário? Seria no mínimo extravagância, ele teria a obrigação de explicar: “por que eu, Karl Marx, que sou filho de um juiz de direito, de um homem da alta burguesia – não só da alta da alta burguesia, mas um homem do Estado, um homem que está no poder –, como fui eu o primeiro a perceber isso?” Porque, ou a ideologia é ideologia de classes e traduz os interesses objetivos da classe, ou qualquer um pode aderir a qualquer ideologia, mesmo àquelas que contrariam os seus interesses de classe. E neste caso, obviamente, não há ideologia de classe, há apenas uma atribuição externa de discurso: eu, que estou fora, digo que o seu interesse é tal e que o seu discurso deveria ser tal ou qual. Esse problema existe já na raiz do marxismo e nunca foi resolvido. A ideologia de classe existe ou não existe? Ela existe em si mesma ou é uma invenção?

Parece-me impossível existir alguma ideologia de classe. O que acontece é que um indivíduo qualquer se destaca e se autoneia representante de uma classe ou antagonista de outra classe e diz o que bem entende. Quando o historiador inglês E. P. Thompson mostrou que é impossível delinear uma classe só por fatores econômicos – é preciso analisar fatores culturais, morais etc. –, no fundo ele estava dizendo exatamente isso.

Isso também significa que o modelo do capitalismo tal como Marx o descreve – que Marx reduz o capitalismo ao mecanismo da mais-valia, à exploração da mais-valia, sem levar em conta os fatores culturais, religiosos etc., que estavam ali presentes e atuantes –, ele mesmo diz que [é] de uma abstração. Quando se faz uma abstração, isola-se um fator do outro, só se leva em conta estes aspectos; porém, depois é preciso voltar ao fato concreto para ver qual distância existe entre a abstração e os fatos concretos – é só assim que funciona. No entanto, esse retorno ao fato concreto Marx nunca fez, quer dizer, explicar efetivamente na prática qual a relação entre classe e ideologia de classe. Eis a raiz remota dessa confusão. Mas, no Brasil, a situação chegou a um paroxismo, a uma loucura completa, e nenhum de nós pode cair nesse engodo, nem de seguir esse discurso oficial nem de contestá-lo da maneira errada.

Vamos fazer uma pausa, daqui a pouco voltamos.

Aluno: O movimento iniciado pela Escola de Frankfurt tem algo a ver com a não revelação do terceiro segredo de Fátima?

Olavo: Definitivamente não, porque as correntes que se tornaram predominantes na Igreja e que abafaram a revelação do segredo existem desde o século XIX com o nome de “liberalismo”. Quando se fala em “liberalismo”, a palavra tem significados diferentes em contextos diferentes. No contexto religioso, da Igreja Católica, significa um movimento iniciado no século XIX e que seria a esquerda católica, que acabou dominando a Igreja. Pode ser que alguém ali tenha se inspirado um pouco na Escola de Frankfurt, mas a contribuição foi irrisória. O essencial mesmo é esse catolicismo liberal do século XIX.

Aluno: Na aula de teoria da cultura, o professor abertamente marxista fez algumas exposições sobre o núcleo da teoria da Escola de Frankfurt. Ele então ressaltava a Escola pelo viés que o senhor trouxe aqui, o lado crítico da Escola. Dizia o professor que a Escola queria quebrar padrões. Ainda sob o ponto de vista da denominação “marxismo cultural” – aprendidos, diga-se de passagem, nos seus artigos e, se lembro bem, em A Nova Era e a Revolução Cultural –, respondi que nesse ato de quebrar padrões a Escola seria ilógica, pois agiria em si por meio de um padrão. Exemplifiquei mostrando como a quebra dos padrões culturais nos EUA agia em prol do regime soviético, sendo este mesmo regime criticado, segundo a exposição do professor marxista pelos frankfurtianos. Atualmente, tentando rever essa minha colocação com base nas últimas aulas, vejo que a questão pode ir além. O trabalho do negativo, o trabalho crítico, tem além disso resultados positivos. Até que ponto os membros da Escola de Frankfurt estavam usando a desculpa do trabalho do negativo como uma forma de driblar a questão moral existente, dada a atualização da teoria na prática?

Olavo: Eu acho que de fato ele tem a razão, eles sempre fugiram à questão moral, sempre escaparam dela por vários caminhos. Mas a própria insistência no trabalho do negativo claro que é indiferente aos seus próprios resultados por definição. Quer dizer, se devemos fazer a crítica radical de tudo quanto

existe e insistir nisso, então, em primeiro lugar, é preciso reconhecer que não há resultados positivos que possam obter um descanso, um tempo para se afirmar sem que o trabalho do negativo o atinja, ou o alcance, ou o destrua de alguma maneira.

O trabalho do negativo, no meu entender, é uma espécie de pose. É uma pose moral no qual a pessoa se enrijece para não ter de responder por nada mais. Ela pode dizer: “nós não estamos pregando nada, não somos a favor de nada, não somos a favor de regime nenhum. Estamos aqui apenas fazendo a crítica radical de tudo quanto existe”. É uma pose, mas qual é a possibilidade real de você fazer isso sem que esteja ao mesmo tempo promovendo alguma coisa? Dependendo do contexto social em que você está, a destruição de certos valores locais implica automaticamente a afirmação de valores que lhe são estranhos ou hostis. Ou seja, embora eles detestassem o regime soviético, eles foram muito úteis para a KGB o tempo todo e não tiveram de prestar a menor satisfação por isso. E no fim, quando os alunos de Theodor Adorno, inspirados pelo trabalho do negativo, invadiram a própria aula de Adorno e ali promoveram um “quebra-quebra”, ele achou muito ruim evidentemente. [Mas] por que, se isso é também o trabalho do negativo? Se é para destruir, tem de destruir você também. Essa espécie de estetização da destruição que eles fizeram deve incluir eles mesmos nela.

Aluno: O senhor disse que o Brasil precisa de escritores com uma certa veia cômica. Como sou jornalista por formação e sempre me interessei pelo assunto, essa dúvida se aglutinou a outra sobre o exercício da cópia de grandes escritores. Pessoalmente, como o senhor fazia? Copiava frases marcantes em um caderno? Copiava textos e mais textos e logo tentava escrever algo parecido com o que o autor escrevia?

Olavo: Não, [eu não copiava textos marcantes]. Sim, isto eu fazia: pegava um autor e escrevia no estilo dele durante algum tempo. Depois, quando sentia que aquilo estava mais ou menos dominado, passava para outro. Isso não é tão difícil, é uma questão de ouvido. Isso não quer dizer que você vai produzir textos no estilo de Machado de Assis, ou de Graciliano Ramos, ou de Eça de Queiroz ou Camilo Castelo Branco, na altura do que eles faziam, não é necessário= alcançar esses domínios. Isso é um treinamento e não a produção de uma obra. Mas é importante você fazer isso com muitos escritos, de modo que as suas inclinações e as suas necessidades expressivas acabem ficando claras para você.

Por exemplo, algo que fui notando ao longo não só desse exercício, mas de toda a minha carreira de jornalista e escritor, foi que a experiência comum das pessoas no meio urbano no Brasil não tem mais voz que a expresse. As pessoas não conseguem dizer mais porque a força dos estereótipos é muito grande, então elas apenas os repetem. E o fato de que o pessoal do Partido Comunista e outras organizações dominem o meio intelectual cria uma pressão tremenda para que as pessoas se repitam e falem sempre das mesmas coisas. Um exemplo é a choradeira em torno dos quatrocentos terroristas mortos, o que invadiu de maneira avassaladora a literatura, o teatro, o cinema, a TV, os jornais. É um negócio incrível. Dá a impressão de que isso foi a pior coisa que

aconteceu na história do Brasil. Num país em que morrem setenta mil pessoas assassinadas por ano como ficar eternamente chorando aqueles quatrocentos que por sua vez mataram outros duzentos? É desproporcional. Portanto, isso não é um sentimento espontâneo, uma experiência espontânea da vida, mas impregnação de uma mentalidade grupal. E aí toda a naturalidade da escrita vai para o brejo.

Se há uma coisa a que a literatura não sobrevive é o desejo de agradar a determinado grupo. Essa impregnação grupal bloqueia a expressão individual, você não pode dizer o que está vendo, tem de dizer somente aquilo que coincide com o sentimento do grupo. E isso é precisamente o discurso ideológico. Saul Bellow falava da necessidade de se apegar às impressões autênticas. Só o esforço de dizer para você mesmo o que você está vendo é o principal problema. Mesmo que não consiga expressá-lo literariamente, é importante tentar expressar a experiência direta que você tem. Porém, a experiência direta tem um problema: ela não vem com as palavras. A experiência é sempre individual e intransferível, e as palavras, os recursos literários, são sempre coletivos, não tem outro jeito. Então, sempre você terá de adaptar, de torcer a linguagem coletiva para forçá-la a dizer o que você quer. Isso não é fácil.

Não há outro meio de alcançar isso sem o próprio domínio da expressão coletiva, mas não de qualquer expressão coletiva. Por isso eu digo que tem de aprender com os melhores, porque todos eles estavam expressando impressões reais e não discursos coletivos. Então, é claro que você vai aprender mais com Eça Queiroz do que com Vladimir Safatle ou Marilena Chauí.

Eu sei que esse exercício permanente de autopiedade em torno dos quatrocentos terroristas mortos é algo que deformou completamente o imaginário brasileiro. Estamos numa das nações mais violentas do mundo, a nação onde a vida humana não vale absolutamente nada, mas têm quatrocentas pessoas que são especiais. Mas são especiais por quê? Elas não mataram duzentas pessoas? E foram mortas. Por definição, quem ganha a guerra é quem matou mais gente. Então por que todo esse sentimento especial? Esse rapaz que eu estava mencionando, por exemplo, José Antônio Lima, diz que a ditadura cometeu crime de lesa-humanidade. Mas o que é isso? Matar quatrocentos terroristas que mataram duzentas pessoas é lesa-humanidade? Que grande contribuição esses terroristas trouxeram à humanidade para que você os classifique assim? De onde vem essa linguagem tão forçada, tão estereotipada? É impregnação grupal: o sujeito cresceu no meio dessas pessoas e acha natural escrever assim.

Os cacoetes de linguagem que caracterizam a nossa mídia e todas as discussões públicas não têm absolutamente nada a ver com a realidade. Por exemplo, se o sujeito não gosta de alguma coisa que escrevi ou que Raquel Sheherazade disse, ele diz “isso aí é extrema-direita”. Espere aí, eu estudei extrema-direita, sei o que é. Isso não tem absolutamente nada a ver com extrema-direita, mas é um cacoete de linguagem que se usa para fins de xingamento. E no fim, de tanto repetir, isso parece ter algo a ver com a

realidade para as pessoas que estão dentro desse grupo. O que eles querem dizer com extrema-direita? Quer dizer que eles têm um tremendo medo disso. E se eles têm medo, é porque nós devemos representar uma ameaça física para eles. Então, trata-se da expressão de uma alucinação evidentemente. Mas essa alucinação na hora em que se alastra por todo um grupo, passa a ter para eles uma existência real. É esse tipo de cacoete que temos de quebrar o tempo todo.

Aluno: Na 12ª aula do curso, o senhor fala da precariedade dos conceitos de livre-arbítrio e determinismo. No momento da explicação da hipótese determinista, o senhor dá como exemplo o próprio ambiente no qual se forjou a teoria behaviorista do ser totalmente determinado pelo meio, explicando que se isso fosse uma realidade de fato não haveria possibilidade de os cientistas assumirem um papel de mero observador e formular a própria teoria, já que para isso seria preciso que ele escapasse da mesma influência. (...)

Olavo: Não foi bem isso o que eu disse, mas que, se o indivíduo acredita que toda a conduta depende exclusivamente do reflexo condicionado, ele tem de mostrar que ele também escreveu o livro apenas por reflexo condicionado, e isso é obviamente impossível. Foi isso o que eu disse.

Aluno: (...) Recentemente li uma postagem no Facebook, uma crítica vinda de algum dos seus novos detratores que diz mais ou menos o seguinte: “O Olavo esculacha a ciência, mas ele não vê que ela funciona? Os computadores, por exemplo, são uma realidade e existem graças às ciências”. (...)

Olavo: Em primeiro lugar, isso é infantil, isso é coisa de criança. Quem disse que eu esculacho a ciência? Aí é o caso de uso abusivo de uma palavra. E em segundo lugar, quem disse que os computadores são resultado da ciência? São resultado da tecnologia. Eu já expliquei mil vezes a diferença entre um raciocínio científico e um raciocínio tecnológico. Noventa e nove por cento do que as pessoas estão chamando de ciência é tecnologia. Em terceiro lugar, isso que o sujeito está alegando não é um argumento do mesmo tipo que eu usei contra o behaviorismo, é outra coisa. Isso é apenas uma figura de linguagem, um exagero, é um homem de palha: o sujeito coloca uma afirmação na minha boca, afirmação que ele mesmo inventou e, em seguida, se esmurra a si mesmo dizendo que está batendo em mim. Isso aí é o que qualquer criança faz.

Aluno: (...) Refletindo sobre essas coisas, pensei se poderíamos expandir a análise: teoria behaviorista mostra-se útil e correta sob determinados aspectos e circunstâncias, mas não reflete necessariamente o que acontece no mundo real. Do mesmo modo, o método científico obtém resultados satisfatórios ao concentrar seus esforços em aspectos e elementos da natureza que são reais, mas se comportam de determinada maneira somente quando exposta a condições predeterminadas. (...)

Olavo: Conhecer o método científico e conhecer as suas limitações é praticamente a mesma coisa, porque o método científico consiste de limitações. Quer dizer, você só pode observar certas coisas sob certas

condições e as conclusões são válidas dentro desse âmbito predeterminado: isto não é uma limitação do método científico, é o próprio método científico, que essas pessoas não sabem o que é. [Por exemplo], não aparecem professores universitários dizendo que Newton tirou as noções de espaço absoluto e de tempo absoluto por método científico? É a coisa mais absurda que eu já ouvi. Como o indivíduo pode produzir noções metafísicas pelo método científico? Não pode de modo algum. O defensor do método científico, o pretenso defensor, não sabe o que é método científico.

Aluno: (...) Eu estou traduzindo um texto do William Hazlitt sobre o prazer de odiar como um exercício de inglês auto-imposto.

Olavo: Isso não é só exercício de inglês, é de português também. Por exemplo, se você traduzir esses textos, sobretudo ensaísticos, de memórias etc. para o português e conseguir lhes dar, no português, uma expressividade igual a que tinha no original, fará um exercício maravilhoso. Por que todos os grandes poetas são grandes tradutores de poesia? Porque eles aprendem fazendo assim. Quer dizer, se você lê um poema de Rilke ou de Yeats, você percebe o que ele está transmitindo e diz: “Como é que eu transmitiria isso para a minha língua? Vou ter de fazer uma série de adaptações”. É difícilíssimo fazer isso, mas é o melhor dos exercícios.

Quanto à reflexão sobre o método científico, é só levar em consideração que ele consiste de delimitações, e se você as transgride, estará fora do método científico. Por exemplo, se você acha que o método científico pode produzir um computador, você não sabe o que é um computador nem o que é método científico. Existe algum princípio científico que possa explicar ao mesmo tempo a linguagem binária, a eletrônica dos computadores, as propriedades dos microcircuitos, a química do plástico usado no computador, a química dos metais usados? Existe um princípio único que possa reduzir tudo isso? Então, dizer que o computador é resultado da ciência é o fim da picada. É o resultado de uma tecnologia que junta num objeto material elementos inconexos colhidos em várias ciências e na observação comum – isso é tecnologia. A unidade de uma teoria científica é a unidade do seu poder explicativo sobre uma área ou campo de fenômenos. A unidade da tecnologia está dada num objeto material ou num processo material que se constrói com elementos teoricamente inconexos e inconectáveis. Qualquer objeto, o mais simples, é assim. Você não pode construir um prego por método científico. Claro que você vai usar elementos científicos, mas também usa elementos puramente empíricos se for necessário. E quando você usa elementos de várias ciências, eles são teoricamente inconectáveis, ou seja, não tem relação entre uma coisa e a outra. Dito de outro modo: nenhum objeto tecnológico tem a estrutura lógica de uma teoria científica. Quantas vezes será preciso explicar isso?

Aluno: Pelo que eu entendi, o senhor tem intenção de formar a classe intelectual com o COF, de modo a tentar salvar a cultura brasileira. Tenho visto que muitos dos seus alunos são professores de literatura, de história, de área de humanas em geral. O senhor acha possível e benéfico que os seus alunos se desenvolvam principalmente na área de exatas?

Olavo: Sim e não. Por quê? Nas áreas de exatas, existe de fato menos charlatanismo do que nas áreas de humanas. Porém, quando o pessoal de exatas começa a opinar sobre questões gerais da cultura, o nível de charlatanismo deles é superior ao do Vladimir Safatle. Isso que eu acabei de dizer é um exemplo: esses engenheiros e físicos que escrevem para mim, dizendo: “Como você nega a ciência, se existe a tecnologia?” Primeiro, eu não neguei a ciência; segundo, a tecnologia não é ciência, é uma outra coisa. Não existe possibilidade de construir um objeto tecnológico por meios científicos, porque se o computador, enquanto objeto material, resultasse de uma teoria científica, ele inteiro teria de ser explicado por um princípio único, ou seja, ele seria uma teoria científica. Se a pessoa não sabe nem isso, não tem condição de conversar, evidentemente.

Outro dia um idiota disse: “Como que ele ousa falar de Newton se ele talvez não saiba nem o que é uma derivada”. Alegar uma banalidade de matemática como essa para refutar o que eu disse sobre a teoria do espaço absoluto e do tempo absoluto é o fim da picada. Ninguém precisa saber o que é uma derivada para saber que espaço absoluto e tempo absoluto são elementos inacessíveis ao método experimental. Isso a pessoa tem de saber intuitivamente em um segundo. É o mesmo que dizer: “você pode ter uma experiência científica do infinito?” Qualquer pessoa tem de imediatamente responder “não”. Não precisa saber o que é uma derivada. Na verdade, se você entende o que é uma derivada, toda a teoria que está nela subentendida prova o que estou dizendo.

O problema com as exatas é o seguinte: uma pessoa muito burra, um retardado mental, pode aprender muita matemática. Você pode até ser um gênio matemático sendo um retardado mental, como pode ser um gênio do jogo de xadrez ou um gênio da música. Existe o caso do Anton Bruckner: ele era um gênio da música e era um retardado mental. Mas um retardado mental não pode escrever as peças de Shakespeare, não pode escrever as obras de Goethe e não pode escrever os Diálogos de Platão. Por quê? Porque essas coisas estão muito próximas da experiência da realidade. Então o sujeito tem de ser capaz de apreender um círculo de realidade muito grande, onde evidentemente não há exatidão alguma, mas que depende da experiência da vida e da capacidade de autoconsciência. Matemática requer autoconsciência? Nenhuma. Música também não requer autoconsciência. São habilidades fabulosas, maravilhosas sob certos aspectos, mas que não têm a ver com autoconsciência. E a grande literatura, a grande filosofia, é eminentemente autoconsciência.

O sujeito que estuda matemática durante muito tempo e adquire um domínio daquilo acredita que tem um raciocínio lógico perfeito. Ele o tem do ponto de vista da lógica formal, mas não da lógica material. Todo o estudo de matemática não responderá nem mesmo a questão fundamental da filosofia matemática, por exemplo: as quantidades são elementos reais ou formas inventadas? Você não precisa saber isto para aprender matemática. Isso quer dizer que você pode aprender toda a matemática sem saber com o que está lidando. Nesse sentido, as matemáticas viciam a pessoa e dão uma falsa segurança. E isto eu tenho visto: todo o pessoal que quer responder para mim

essas coisas falham, porque eles não têm o treinamento filosófico. Não o treinamento filosófico acadêmico, mas o real, quer dizer, a técnica filosófica que eu já expliquei, e que são aqueles sete itens. Aquela técnica filosófica, toda ela depende da autoconsciência, de uma capacidade de auto-observação e de assumir responsabilidade por si mesmo, que requer uma maturidade intelectual formidável.

Não existem, por exemplo, gênios matemáticos infantis? Existem. O meu filho Gugu, com 11 anos, estudava o livro de física do Sears Zemansky, que era da universidade. Porém, ele tinha experiência da vida? Ele tinha autoconsciência de uma pessoa adulta, capaz de assumir responsabilidade pelo que faz? Claro que não tinha. Então, são habilidades. E todas essas habilidades são respeitáveis, muito úteis e admiráveis em si mesmas. Porém, elas não habilitam o indivíduo a opinar responsavelmente sobre assuntos da filosofia, da ciência política etc. E esse desprezo que o pessoal das exatas tem pelas humanas é inteiramente justificado – porque nas humanas tem muito charlatão –, porém ao mesmo tempo reflete um complexo de inferioridade invertido: o indivíduo sabe que só consegue lidar com aqueles elementos formais que não precisam ser testados nem pela sua autoconsciência nem pela experiência da realidade, mas que só podem ser testados em condições laboratoriais predeterminadas, que são inteiramente inventadas e que só se conectam com a realidade em determinados pontos específicos.

Qualquer teoria científica só coincide com a realidade em determinados pontos científicos que já foram definidos de antemão. Existe uma teoria científica sobre o conjunto da realidade? Isso é impossível. Mesmo que cheguem à famosa teoria geral... Todos sabem ou deveriam saber que a teoria da relatividade é incompatível com a mecânica quântica. Se o sujeito conseguir conciliar ambas, então obteria a teoria geral de tudo. Porém, mesmo que se consiga isso, o que não ocorreu até agora e é um sonho, uma ilusão, essa teoria geral de tudo conseguiria dar uma explicação de conjunto da história humana? Você pode inventar uma explicação e muitas já foram inventadas. Então, a teoria geral de tudo seria apenas uma teoria de um pedacinho, como sempre acontece.

Aluno: Estive lendo a obra Aristóteles para todos de Mortimer Adler, um excelente livro, mas nas páginas 74-75 ele afirma: “Mas a reflexão, a compreensão filosófica que amplia o alcance do nosso senso comum sobre o mundo físico em que vivemos não nos qualifica nem nos capacita a produzir nada. A filosofia não assa tortas nem constrói pontes. O conhecimento e a compreensão podem ser usados para dirigir nossas vidas e orientar nossas sociedades de modo que elas sejam vidas e sociedades melhores e não piores, em tudo voltado para o agir e não para o fazer”. (...)

Olavo: Essa é a velha distinção aristotélica entre as ciências teoréticas, as ciências práticas e as ciências que ele denominava poiéticas ou criativas, como a tecnologia. A tecnologia é uma ciência criativa que se destina a fazer coisas. Mas, de qualquer modo, o problema de orientação do indivíduo na vida – o que eu vou fazer, como eu devo agir – está implícito na construção de qualquer objeto. Ou seja, se o indivíduo que está empenhado na construção de uma

ponte ou em assar uma torta não sabe o que está fazendo, provavelmente a torta vai sair envenenada e a ponte vai cair. Então, a técnica da responsabilidade cognitiva está subentendida em toda atividade intelectual humana e, por isso mesmo, ela é a primeira de todas.

O fato é que toda e qualquer tecnologia industrial existente pode se apoiar num tipo de consciência intelectual que já está consolidada na cultura há séculos, não precisa acrescentar nada novo. Então seu criador não precisa ser um filósofo, evidentemente. Por quê? Porque ele já está cheio de idéias filosóficas na cabeça que herdou da cultura, e estas bastam para orientá-lo. Às vezes ele não percebe que aquilo é filosofia. Por exemplo, não perceber que a noção de espaço absoluto é filosófica, e não científica, é imperdoável, porque não há nenhum meio experimental científico para se chegar à noção de espaço absoluto.

Quando Einstein formulou pela primeira vez a teoria da relatividade, ele não sabia que se podia provar experimentalmente a constância da velocidade da luz, então, ele afirmou isso como um pressuposto arbitrário na primeira vez. Mais tarde, viu-se que dava para comprovar. Mas Einstein não sabia disso. Então o que ele fez? Pegou uma noção filosófica - ele mesmo disse [não me lembro exatamente a expressão]: “Eu estou postulando isso por minha vontade, é um ato de vontade, eu decreto que a velocidade da luz é constante. E daí vamos fazer as contas com base nisso”. Todo cálculo sempre tem algo postulado arbitrariamente, porque, caso contrário, o cálculo teria de abranger a totalidade da realidade. Isso é a coisa mais simples do mundo. Além disso, toda e qualquer teoria científica sobre o que quer que seja postula sempre algo arbitrariamente que a própria ciência em questão não tem condição de verificar, porque senão ela teria de ser uma ciência de tudo. Quem não entende isso não pode abrir a boca [para opinar] sobre método científico.

Aluno: (...) Isso não seria separar a filosofia da estrutura da realidade, que também engloba a produção dos bens materiais?

Olavo: Claro que é. Adler só estava reiterando a distinção aristotélica dos três tipos de ciências, a qual continua válida. Mas esses três tipos de ciências são exercidos na mesma realidade física e humana na qual todos nós vivemos e dentro da qual uma orientação intelectual responsável só pode ser obtida por meios filosóficos. Não há ciência que vai orientá-lo nisso. Jean Piaget diz: “A filosofia não é conhecimento, mas apenas uma orientação geral no mundo da cultura”. Mas [eu perguntaria]: sem orientação geral, como saber que um conhecimento é conhecimento? Que critério tem dentro disso? Se você não acha que o senso de orientação no conjunto do conhecimento é conhecimento, então o que está dentro do conhecimento também não é.

Eu acho que hoje já esgotamos o nosso tempo e que devemos parar por aqui. Até a semana que vem, muito obrigado.

Transcrição: Leandro Costa e Jussara Reis de Abreu.

Revisão: Victor Medina

Revisão final: Caio de Souza Cazarotto

